

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual

CNPJ nº 61.699.567/0068-08
Nota do Administrador



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual.**

A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.
Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Ativo	2016	2015	Passivo
Ativo Circulante	5.203.221,05	-	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	1.174.574,50	-	Fornecedores (Nota 3.8)
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	12.730,50	-	Serviços de Terceiros Jurídica (Nota 3.9)
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	1.161.844,00	-	Serviços de Terceiros P. Física (Nota 3.9)
Valores a Receber (Nota 3.3)	4.008.235,87	-	Salários a pagar (Nota 3.10)
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	23.413,83	-	Contribuições a recolher (Nota 3.11)
Secret Direitos Pessoa com Deficiência (Nota 3.3.1)	3.984.822,04	-	Provisão de férias (Nota 3.12)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	6.706,13	-	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	2.775,00	-	Provisão PIS sobre Férias (Nota 3.12)
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.4.4)	5.538,35	-	Provisão de despesas c/quituações (Nota 3.13)
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 11)	5.538,35	-	Impostos a recolher (Nota 3.17)
Estoques (Nota 3.5)	5.391,20	-	Obrigações Tributárias (Nota 3.18)
Materiais Utilizados no setor de nutrição	1.256,50	-	Outras contas a pagar (Nota 3.19)
Materiais de almoxarifado	4.134,70	-	Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.20)
Ativo Não Circulante	1.809.217,75	-	COFINS a Recolher (Nota 9.2)
Realizável a Longo Prazo	1.772.437,81	-	INSS Cota Patronal a Recolher (Notas 9.1)
Contratos Públicos a Receber (Nota 3.6)	1.772.437,81	-	Estrutura SPDM
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	36.779,94	-	Passivo Não Circulante
Imobilizado - Bens Terceiros	37.885,36	-	Obrigações - Bens Móveis de terceiros
Ajuste vida útil - bens terceiros - CTI (Nota 3.7.1)	(1.105,42)	-	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terc.
Total do Ativo	7.012.438,80	-	Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.20)
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa			Total do Passivo
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			7.012.438,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Patrimônio Líquido (Nota 5)
Resultados do exercício/periódico			Resultado do Exercício
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
Depreciação e amortização	-	-	7.012.438,80
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais
Variáveis nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em contas a receber	(5.795.693,16)	-	2016
(Aumento) Redução em estoques	(5.391,20)	-	2015
Aumento (Redução) em fornecedores	26.220,81	-	1 - Receitas
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	6.949.438,05	-	600.224,96
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	36.779,94	-	1.1) Prestação de serviços
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	1.211.354,44	-	2- Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI) 127.581,16
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d
(-) Adição de Bens de Terceiros	(36.779,94)	-	2.2) Serviço de terceiros e outros
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(36.779,94)	-	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			2.4) Outros
Empréstimos tomados	-	-	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-	4 - Retenções
Juros pagos por empréstimos	-	-	5 - Valor Adicionado Líquido
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos			Produzido Pela Entidade (3-4)
Aumento (Redução) Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.174.574,50	-	472.643,80
No início do período	-	-	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015	1.174.574,50	-	36.183,44
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras. Características da Unidade Gerenciada:			6.1) Receitas financeiras
O Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual (CTI Visual) é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. O CTI Visual desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência visual, contemplando também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio. Em 25 de julho de 2016, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão nº 013/2016 - Processo SEDPCD nº 14092/2015, no valor de R\$ 7.347.549,45 (Sete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) que tem por objeto a operacionalização da gestão e execução dos serviços para o desenvolvimento de atividades de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, pelo prazo de 24 meses, para o gerenciamento do Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, e teve suas atividades iniciadas em 01.11.2016. No ano de 2016, a unidade gerenciada recebeu R\$ 1.590.289,60 (Um milhão, quinhentos e noventa mil reais, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 1 - Imunidade Tributária e Fiscal: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 834/16, do Ministro da Saúde, a SPDM encontra-se certificada junto ao CEBAS- SAÚDE conforme Processo nº 25000.153024/2014-03MS, vigente até 31.12.2017. Em 01.11.2013 a SPDM foi qualificada como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através do despacho do secretário de 31.10.2013 conforme Processo SEDPCD-70227/2013, de modo a habilitar-se à celebração de contratos de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as recomendações contidas nos referidos pareceres e manifestação. Em 18.06.2014 a SPDM entrou com o pedido de inscrição junto ao COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo sob o número 1213/2014-SERV, assim como, solicitou em 20.07.2016 seu registro junto ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como parte dos requisitos exigidos pelo COMAS e, aguarda notificação da pasta, para as devidas providências que couber. Atualmente, a SPDM conta com outros serviços relacionados a atividade de assistência social, no Município de São Paulo, e tão logo, iniciará a inclusão e atualização das atividades realizadas na Unidade CTI Visual, junto ao COMAS e CMDCA. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem			

